

Democracia e saúde

A iniciativa da Organização Pan-Americana de Saúde de engajar a instituição legislativa na luta pela melhoria das condições de saúde no Continente guarda perfeito ajustamento ao quadro deplorável de sanidade em pontos críticos da América Latina. O binômio escolhido para titular o debate promovido pela Opas, **Democracia e Saúde**, com a participação de parlamentares de todos os níveis, abarca contexto bastante amplo e vincula em uma mesma epígrafe dois termos de uma equação político-social de insuperável relevância.

Senadores, deputados federais, estaduais e vereadores situam-se na perspectiva do poder político como mandatários da soberania popular inigualavelmente aptos a encaminhar soluções para os grandes problemas sociais. Urge, porém, disporem de referenciais específicos sobre a realidade, com a qual terão de lidar em suas reflexões e nas deliberações coletivas. E é para suprir semelhante necessidade que o Opas decidiu realizar em Brasília um ciclo de estudos em torno do tema, com o propósito de fomentar soluções.

Diga-se, como preliminar, que o funcionamento do sistema democrático pressupõe não apenas instituições livres, liberdades públicas e soberania popular. Depende, também, do deferimento de direitos e garantias essenciais, entre os quais figura em primeiríssimo plano a fruição de saúde por meio de assistência permanente. A rigor, portanto, não se pode identificar regime de franquias democráticas entre contingentes degradados pelas moléstias, tal como ocorre no Brasil de forma crônica e diante da indiferença do poder público.

Já a partir desse ponto constata-se a oportuna titulação dada ao encontro, pela invocação prévia da democracia como condicionante do acesso à saúde. Na América Latina, a associação de ambas as hipóteses guarda um sentido especial,

porque há uma tradição infamante de interrupções no processo democrático, de que são exemplos agora o Peru e o Haiti. E o recesso das instituições livres de regra se opera em benefício de oligarquias políticas e, sem exceção, termina por reduzir os já precaríssimos níveis de sobrevivência das populações, principalmente por falta de assistência à saúde.

Não há como deslocar do eixo de tais conotações o problema da democracia e da saúde. No Brasil, a destinação de igualdade de oportunidades para todos, um dos pilares do regime democrático, ainda não saltou do texto formal da Constituição para operar efeitos no âmbito da sociedade. Em consequência, a proteção à saúde atinge parques estratos populacionais. E os contingentes marginalizados são exatamente os mais carentes, isto é, aqueles privados de recursos próprios para irem ao médico ou ao hospital curar as suas dores.

À exceção do Peru, Haiti e Bolívia, os três países mais subdesenvolvidos do Continente, é o Brasil que apresenta as mais robustas estatísticas de mortalidade infantil. Com efeito, em cada mil crianças nascidas, 67 morrem antes de completar um ano. Trata-se de gravíssima denúncia sobre os insuficientes estágios da proteção à vida, justamente em um País portador de inigualáveis recursos naturais e ampla capacidade gerencial para dinamizá-los.

A liderança política do Continente há de recolher o clamor justo do povo e deliberar sobre ações eficazes no campo da saúde. Afinal, se o projeto é a busca da democracia como padrão da dignidade humana, este por certo jamais vingará enquanto não favorecer o exercício pleno da fraternidade. Aí se encontra o impulso político que movimentou a Opas na direção do ciclo de estudos subordinado às reflexões sobre a ideologia democrática.